

Institui o Fundo Amazônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Fundo Amazônia, uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, que tem por objetivo destinar o valor das doações recebidas em espécie para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, o qual contemplará as seguintes áreas:

- I – gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- II – controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- III – manejo florestal sustentável;
- IV – atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- V – Zoneamento Ecológico-Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- VI – conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- VII – recuperação de áreas desmatadas.

§ 1º Poderão ser utilizados até 20% (vinte por cento) dos recursos do Fundo Amazônia no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

§ 2º As ações de que trata o **caput**, exceto quanto ao disposto no § 1º deste artigo, observarão as diretrizes e objetivos das políticas públicas de prevenção e controle do desmatamento e da Política Nacional sobre Mudança do Clima, particularmente no que tange às metas nacionais de redução de emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento e da degradação florestal.

§ 3º O Fundo Amazônia é elegível para acesso a pagamentos por resultados de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação, Manejo Florestal Sustentável e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal (REDD+), alcançados pelo País e reconhecidos pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

§ 4º São recursos do Fundo Amazônia, além das doações referidas no **caput**, o produto das aplicações financeiras dos saldos ainda não desembolsados.

Art. 2º A instituição responsável pela gestão operacional do Fundo Amazônia procederá às captações de doações e emitirá diploma reconhecendo a contribuição dos doadores ao Fundo.

§ 1º Os diplomas emitidos conterão as seguintes informações:

- I – nome do doador;


 SENADO FEDERAL

- II – valor doado;
- III – data da contribuição;
- IV – valor equivalente em toneladas de carbono; e
- V – ano da redução das emissões.

§ 2º Os diplomas serão nominais, intransferíveis e não gerarão direitos ou créditos de qualquer natureza.

§ 3º Os diplomas emitidos poderão ser consultados na internet.

§ 4º Para efeito da emissão do diploma de que trata o **caput**, regulamento definirá, anualmente, os limites de captação de recursos.

§ 5º Regulamento disciplinará a metodologia de cálculo do limite de captação de que trata o § 4º, levando em conta os seguintes critérios:

I – redução efetiva de Emissões de Carbono Oriundas de Desmatamento (ED), atestada pelo Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA);

II – valor equivalente de contribuição, por tonelada reduzida de ED, expresso em reais por tonelada de carbono.

Art. 3º O Fundo Amazônia contará com um Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) com a atribuição de atestar a ED calculada conforme regulamento, devendo para tanto avaliar:

- I – a metodologia de cálculo da área de desmatamento;
- II – a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

Parágrafo único. O CTFA reunir-se-á 1 (uma) vez por ano e será formado por 6 (seis) especialistas de ilibada reputação e notório saber técnico-científico, designados pelo Poder Executivo, após consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, para mandato de 3 (três) anos, prorrogável 1 (uma) vez por igual período.

Art. 4º O Fundo Amazônia contará com um Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa) composto pelos seguintes segmentos, assim representados:

I – Governo Federal: 6 (seis) representantes;

II – governos estaduais: 1 (um) representante de cada um dos governos dos Estados da Amazônia Legal que possuam plano estadual de prevenção e combate ao desmatamento;

III – sociedade civil: 1 (um) representante de cada uma das seguintes organizações:

a) Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBoms);

b) Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab);

c) Confederação Nacional da Indústria (CNI);

d) Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

e) Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal (FNABF);

f) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag);

g) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

§ 1º Os membros do Cofa serão designados para mandato de 2 (dois) anos, prorrogável 1 (uma) vez por igual período.



§ 2º O Cofa zelará pela fidelidade das iniciativas do Fundo Amazônia ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e à Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+) e estabelecerá:

- I – diretrizes e critérios de aplicação dos recursos; e
- II – o regimento interno do Cofa.

§ 3º O Cofa escolherá a instituição responsável pela gestão operacional do Fundo Amazônia e determinará suas atribuições e sua remuneração.

§ 4º O Cofa será presidido por um representante do Governo Federal, com mandato de 2 (dois) anos.

§ 5º O Cofa reunir-se-á, em caráter ordinário, semestralmente, e, em caráter extraordinário, a qualquer momento mediante convocação de seu presidente.

Art. 5º A participação no CTFA e no Cofa será considerada serviço de relevante interesse público e não ensejará remuneração de qualquer natureza.

Art. 6º A instituição responsável pela gestão operacional do Fundo apresentará ao Cofa, para sua aprovação, informações semestrais sobre a aplicação dos recursos e relatório anual do Fundo Amazônia e contratará anualmente serviços de auditoria externa para verificar a correta aplicação dos recursos do Fundo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de Dezembro de 2021.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal